

Sobre o relato da Viagem de Fernão de Magalhães

MARIA FERNANDA BRASETE

CLC – Universidade de Aveiro

Entre a obra multimoda do polígrafo quinhentista Fernando Oliveira, avulta um documento autógrafo, inserto no mesmo manuscrito latino que contém a *Ars Nautica*, proveniente da colecção do humanista holandês Isaac Vossius. Trata-se de um autógrafo original, escrito em língua vernácula, que figura sob o título «VIAGE DE FERNAO DE MAGALHAES, ESCRIPTA/ P. HU HOME Q FOY NA COMPANHIA», aparecendo numerado a seguir à primeira obra, num códice (Voss. Lat.F. 41) da Universidade de Leiden, registado com a rubrica «Fernandi Oliverii de Sancta Columba *Ars Nautica*, distinta in tres partes»¹.

Até ao início do século passado, este singular relato anónimo da expedição dirigida por Fernão de Magalhães à região das Molucas foi praticamente ignorado. Se bem que, nos finais do século XIX, o manuscrito tivesse sido estudado pelo historiador holandês P. A. Tiele, que deixou registadas as suas «impressões» num verbete anexo ao códice, a primeira edição do texto escrito pela mão do autor da *Ars Nautica*, ficaria a dever-se a Marcus de Jong (1937). Depois dessa *editio princeps*, o valor histórico do documento oliveiriano foi judiciosamente realçado pelo estudioso francês Pièrre Valière (1976), que transcreveu, traduziu para o francês e comentou o texto manuscrito anónimo, naquela que seria a sua primeira edição crítica. Nas últimas décadas, foram publicadas em Portugal várias transcrições actualizadas, geralmente insertas em obras dedicadas a Fernão de Magalhães.

¹ Os Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro possuem um microfilme deste manuscrito, registado sob a cota AV/RS-143.

Tomando por base a edição *princeps* de Marcus de Jong (1937), Neves Águas incluiu o texto oliveiriano numa compilação que prefaciou e anotou, e que foi editada sob o título *Introdução e Selecção de Fernando de Magalhães: a Primeira Viagem à Volta do Mundo Contada pelos Que Nela Participaram* (1987: 165-185).

Dois anos mais tarde, num volume da «Biblioteca da Expansão Portuguesa», dirigido por Luís de Albuquerque (1989a), Francisco Contente Domingues publica uma versão «modernizada» do texto, sob o título “Relato da Viagem de Fernão de Magalhães”, seguida de um «Comentário final» (pp. 99-126). Mais recentemente, uma transcrição crítica e actualizada desse texto quinhentista, que poderemos incluir no heterogéneo *corpus* da habitualmente denominada «literatura de viagens»², foi publicada no amplo estudo documental do historiador José Manuel Garcia, intitulado *A Viagem de Fernão de Magalhães e os Portugueses* (2007: 196-223)³.

Ainda que o nome de Fernando Oliveira figure no registo do códice de Leiden («Fernandi Oliverii de Sancta Columba *Ars Nautica*, distinta in tres partes»), as questões de autoria e de autenticidade do manuscrito anónimo inquietaram os estudiosos que dele se ocuparam. Tendo salientado o seu valor documental e a sua originalidade, Valière (1976: 4-8)⁴ certificaria, todavia, a autografia do texto manuscrito, através de um rigoroso exame paleográfico. Podemos hoje afirmar com alguma segurança que o texto foi escrito, rasurado e corrigido pela mão de Fernando Oliveira, na segunda metade do século

² Se bem que não isenta de ambiguidade, esta cómoda designação genológica, que tem sido utilizada por muitos estudiosos para catalogar a heteróclita produção textual directa ou indirectamente relacionada com as actividades de expansão e de descobrimento da época do Renascimento, deverá, na conceituada opinião de Fernando Cristóvão, ser entendida como um subgénero literário «que se mantém vivo do século XV ao final do século XIX, cujos textos, de carácter composto, entrecruzam Literatura com História e Antropologia, indo buscar à viagem real ou imaginária (por mar, terra ou ar) temas, motivos e formas» (1999: 35). De acordo com a tipologia proposta por este autor, poderíamos incluir a narrativa de Fernando Oliveira na rubrica «Viagens de expansão» (1999: 43). Note-se que esta designação é também aceite e seguida por Garcia (1987: 22-24).

³ Pretendendo colmatar a pouca atenção concedida à investigação de uma das figuras mais proeminentes das nossas navegações quinhentistas, o autor propôs-se, como declara na “Introdução”, «aprofundar, clarificar e difundir, com novas abordagens e novos documentos, assuntos e textos sobre a História dos Descobrimentos e da Expansão que se centram em tópicos e fontes relacionadas directa ou indirectamente com o processo relativo ao empreendimento de Fernão de Magalhães e às suas actividades em conexão com os Portugueses» (2007: 13). As citações do texto de Fernando Oliveira terão por base a versão crítica e actualizada, inserta na publicação de Garcia (2007: 196-209).

⁴ Cf. Domingues & Barker (1991: 13).

XVI, cerca de trinta anos após o regresso da expedição (1522), provavelmente algures entre as décadas de cinquenta e de setenta.⁵

Mas um outro aspecto relacionado com a questão da autoria se apresentou como de mais difícil solução, senão mesmo irresolúvel. Trata-se da identificação da *fonte* desta narrativa mencionada por Fernando Oliveira, que, como o título explicita, se baseia no relato «escrito» de «um homem que foi na sua companhia», ou seja, por alguém que terá acompanhado Fernão de Magalhães na sua viagem «em demanda da Maluco» (1519-1522).

O teor enigmático e surpreendente do enunciado que o autor antepôs como título da sua narrativa suscitou inevitavelmente uma controvérsia acrescida em torno da questão da autoria. Convirá antes de mais recordar que, à época da expedição, o humanista aveirense seria um jovem dominicano a iniciar os seus estudos no Convento de São Domingos em Évora, onde foi discípulo de André de Resende⁶. Além disso, há que ter também em conta que o autógrafa em apreço se encontra apenso à *Ars Nautica*, cuja datação, apesar de incerta, se situa por volta de 1570. Quase meio século permeia, portanto, a data dos acontecimentos relatados e a produção escrita do texto oliveiriano, que se inclui entre as suas derradeiras obras.

Dada a escassez de provas documentais, as inquirições sobre a *fonte* (ou *fontes*) deste manuscrito não assinado que relata, em tempo *real* e em “segunda mão”, o roteiro e as vicissitudes da primeira viagem de circum-navegação protagonizada por Fernão de Magalhães, têm-se inevitavelmente apoiado numa série de conjecturas que se foram impondo pela sua plausibilidade.

A «impressão» deixada pelo historiador holandês P. A. Tiele, em nota apensa ao códice de Leiden⁷, de que a composição tardia do texto admitia a hipótese de o autor se ter baseado no relato oral (e não escrito) de um dos companheiros de Magalhães, foi justamente recusada por P. Valière (1976: 7-8)⁸ que, com grande oportunidade e acuidade, pressentiu ainda

⁵ Sobre a cronologia provável do manuscrito, *vide* Valière (1976: 4 e n. 6, 9-10); Domingues (1989a: 124-125); e García (2007: 19, 195).

⁶ Entre os estudiosos que, mais recentemente, fizeram resenhas biográficas de Fernando Oliveira, destacamos o nome de Francisco Contente Domingues, autor do sítio *web* das “Navegações Portugueses” do *Instituto Camões*, (<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/c16.html>; Domingues, 2002a) e do texto introdutório a *O Livro da Fábrica das Naus*, apresentado sob o título “O Autor e a sua Obra” (Domingues & Barker, 1991: 11-21).

⁷ *Apud* Valière (1976: 3-4).

⁸ Citamos os dois argumentos aduzidos: «faute de preuves suffisantes (...) aucune raison de suspecter de qu’écrit Fernando OLIVEYRA» (Valière, 1976: 8).

a impossibilidade de se distinguir «o contributo pessoal do autor da *Ars Nautica*» da do enigmático tripulante da expedição⁹. Percebia-se assim quão difícil seria responder a muitas das interrogações suscitadas pelas imprecisões históricas, pela organização compositiva e pelo próprio estilo discursivo que enformam este insólito texto oliveiriano, cujas características genológicas o incluem na produção histórico-literária ligada à gesta das descobertas e da expansão nacional que marcou os séculos XV e XVI.

É evidente que não podemos hoje certificar a autoria do testemunho escrito a que Fernando Oliveira alude de forma deliberadamente imprecisa. Afigura-se, contudo, aceitável a convicção de que se referiria a um relato da viagem de Fernão de Magalhães, escrito por um dos tripulantes da sua frota, com maior probabilidade da nau *Trinidad*, já que a ela é concedida um destaque maior na narrativa¹⁰. Ao capitão dessa nau, Gonçalo Gomes de Espinosa, atribuiu, vagamente, João de Barros, na *3ª Década da Ásia*, um «livro feito por ele de toda aquela viagem», que terá tido em seu poder, entre «muitos outros papéis»¹¹. Muito provavelmente também nele se terá baseado, quando escreveu a sua obra maior *Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente*, publicada no ano de 1563. Bastante credível se afigura, portanto, a hipótese de que o extraviado «livro» de Gomes de Espinosa possa ter sido o testemunho escrito utilizado por Fernando Oliveira, que, em meados da década de 1530, convivera com João de Barros, como mestre dos seus filhos¹².

Apesar de carecerem de provas documentais, estas inferências tendem a preencher hoje algumas lacunas deixadas pela impossibilidade de se identificar o «relato escrito» que a instância autoral do manuscrito inscreve no próprio

9 Cf. Valière (1976). Ao invés de Domingues (1989: 124) que concebe Fernando Oliveira como um «compilador», Garcia (2007: 196) reconhece-o como o autor daquela narrativa atribuída a outrem, porque «procedeu a intervenções importantes no texto, as quais terão feito desaparecer características pessoais da narrativa que estariam no original». Depois de ter efectuado uma análise detalhada das correcções e rasuras do manuscrito (os «erros de cópia», as «correcções estilísticas» e as «rectificações históricas»), Valière (1976: 4-7) rejeita a ideia de que o manuscrito seja «uma simples cópia», porque na transcrição do relato, Fernando Oliveira «comporta-se não como um copista, mas como um homem de letras e um historiador».

10 Cf. Domingues (1989a: 125). Considera ainda este autor que o facto de não ser esta a nomeação da nau adoptada por Oliveira (chama-lhe *Boa Ventura*), isso não determina que se ponha em causa o valor ou a autenticidade do manuscrito, já que a *Trinidad* podia ser então conhecida por *Boa Ventura*, entre os que se lhe referiam, como uma espécie de augúrio para a sorte da difícil viagem a empreender» (1989a: 126).

11 Cf. Garcia (2007: 195 e 232-233).

12 Garcia (2007: 196) considera esta hipótese «a mais forte» porque «contra ela não se encontram argumentos que impeçam de o considerarmos responsável pela redacção original do trabalho sobre o qual trabalhou Fernando Oliveira...».

título. Mas poder-se-á perceber na ambiguidade subjacente a esse enunciado titular a dupla intencionalidade de um escritor-historiador preocupado em garantir a veracidade dos *facta* textualizados e também a forma de representar, num processo de escrita diferida, o seu papel na narração dos acontecimentos. Enquanto autor literário de uma narrativa sobre um acontecimento histórico, utiliza uma retórica de comunicação adequada à natureza e à finalidade do texto. A veracidade do relato é caucionada pela menção, no próprio título, a um *autor* empírico, uma testemunha presencial – aquele-outro anónimo que escreveu um relato da expedição que testemunhou e/ou em que participou – e que, por isso, merece ser mencionado como fonte *autorizada* da narrativa da viagem. Através de uma subtil estratégia discursiva, construída literariamente sob o artifício do ‘fingimento’, pretendia-se reforçar o efeito de veracidade pretendida para um modelo de enunciação que se apresentava como uma reprodução literal do relato/reportagem factual de um outro *autor-testemunha*. Tratava-se de uma convencionalidade que construía um contrato de verdade, em que a instância receptora era também comprometida, porque endereçada colectivamente, no final do Prólogo, através da forma verbal «ouvireis». Só que, neste caso, a pressuposição de uma comunicação oral vinha criar um efeito retórico supletivo que se propunha reforçar a distinção entre o autor das palavras prologais e o da narrativa factual subsequentemente. É claro que a configuração retórica desta duplicidade enunciativa/autorial se reveste de um significado particularmente relevante, se considerarmos que o discurso historiográfico se consigna numa narrativa *factual*, apoiada em testemunhos pessoais ou dados documentais, que procedem de uma realidade exterior ao texto, como também lhe será exterior o receptor. Assim como a história serve a escrita, também a Literatura poderia servir a Historiografia. E é na linha de confluência destes dois domínios, que se organiza um trabalho de escrita em que duas instâncias enunciativas, a da história e a do discurso, se articulam na construção de uma estrutura narrativa que cauciona os factos relatados sob um testemunho presumivelmente verídico.

Como sabemos, aparecem catalogadas sob o título de Literatura de Viagem práticas narrativas e descritivas muito diversificadas (como é o caso de, por exemplo, diários de bordo, roteiros, guias náuticos, relatos de viagem e de naufrágios) e, mais recentemente, o estudo destes textos não se tem circunscrito ao seu valor documental ou historiográfico. Outros «protocolos de leitura»¹³, de cariz mais literários ou interdisciplinares, se têm aplicado à leitura

¹³ Ao demonstrar que o «idílio» e o «treno» foram duas formas retóricas específicas que influenciaram os modos narrativos e enunciativos dos textos renascentistas e barrocos da litera-

deste género de textos. O facto de se lhes reconhecer um valor historiográfico primacial, não fomentou o prosternamento de outras perspectivas de análise¹⁴ que relacionassem as referências histórico-culturais com a estrutura narrativa, os sentidos temáticos investidos no discurso e, é claro, com as suas implicações pragmáticas. Tratando-se de uma *praxis* de escrita que emerge de uma época em que as viagens de descobertas desvendaram também novos caminhos a uma produção discursiva que aliava a História e a Literatura, entende-se hoje como legítima a pretensão de se usarem outras perspectivas de abordagem a esses tipos de textos quinhentistas que concomitantemente documentam uma época e se assumem como uma forma muito peculiar de produção estético-comunicativa, mesmo que alienadas das formas canónicas da literatura coeva.

Não sendo este o momento para discutir os meandros teóricos desta problemática muito complexa, importará, no entanto, sublinhar o facto de que os relatos-roteiros das viagens de descobertas, independentemente da sua diversidade tipológica, se apresentam, muitas vezes, como uma prática de escrita documental – relato de um testemunho – em que a organização narrativa é produto de uma enunciação codificada e de uma intencionalidade textual mais ou menos explícita. O rigor e a experiência assumem-se como os pilares basilares deste modelo de discurso, que em sintonia com o ideário humanista e renascentista não dispensa a *auctoritas* para validar a objectividade de um conhecimento empírico, fundado na experiência e/ou na documentação. Paradigmático sob este aspecto se afigura o texto de Fernando Oliveira, em cuja lógica organizacional se insinua uma intencionalidade compositiva consentânea com o ideário de um historiador empenhado em convencer o receptor da veracidade e da objectividade dos factos relatados. A anteposição de um Prólogo explicativo, reconhecidamente da autoria de Fernando Oliveira, permitiu-lhe um enquadramento histórico e ideológico do audacioso empreendimento do experimentado navegador português. E, como neste seu trabalho de escrita, a intenção primeira era *fazer* História, o autor considerou inerente ao acto de historiografar a contextualização dos factos e o rigor da apresentação. Assim, depois de explicar as razões que

tura portuguesa de viagens, Seixo (1998: 51) conclui: «parece [...] haver, na produção literária dos séculos XVI e XVII, uma proposta de protocolos de leitura literalmente novos, mas assimilados aos modelos narrativo-descritivos da literatura canónica».

¹⁴ Refira-se, a título meramente exemplificativo, os ensaios dedicados à análise literária de um conjunto de textos da *História Trágico-Marítima* que compõem a publicação organizada por Seixo & Carvalho (1996) ou ainda a investigação realizada por Seixo (1998) sobre relatos de naufrágios, o *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama* ou a *Carta de Pêro Vaz de Caminha*.

levaram Fernão de Magalhães a «pedir licença a el-rei para ir viver a outro reino» e a apresentar o seu projecto «da conquista de Moluco» a Carlos V de Castela, termina dizendo que do Imperador o navegador português recebeu «cinco navios bem equipados» e com eles «fez a viagem que daqui por diante ouvireis, segundo escreveu um homem que foi em sua companhia». Estas palavras repetem-se no enunciado que é apresentado de seguida como título da segunda parte do manuscrito e que compreende a narrativa propriamente dita, organizada cronologicamente e segundo os modelos diegéticos canónicos da época. A forma de escrita evidenciará, todavia, o labor de um escritor-historiador que não foi certamente um simples transcritor ou tradutor¹⁵ de um texto anterior, apesar da sua insistência em atribuir a «autoria» do relato a um participante da audaciosa expedição transatlântica empreendida por Fernão de Magalhães rumo às Ilhas Molucas, pela via ocidental. A viagem de circun-navegação cumpriria o esforçado intento do afamado navegador português, tragicamente detido, nas Filipinas, por uma morte traiçoeira, no ano de 1512.

¹⁵ Creditando-se a hipótese de o humanista ter utilizado o livro de Gomes de Espinosa.